

# Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes

ANDREA MARTINS\*  
CÉSAR NEVES\*  
CLÁUDIA COSTA\*  
GONÇALO LOPES\*

*“O povo conhece-os pelos nomes de matmôrras, matamôrras, masmorras, matmôras, covas e covelas, designações em que liga à ideia de esconderijo a de prisão, e isso o faz justificadamente”*  
(Viana, 1946, p. 173)

**R E S U M O** No âmbito do programa BejaPolis realizou-se uma intervenção arqueológica de emergência no Parque Subterrâneo da Avenida Miguel Fernandes, onde se identificou um conjunto de 137 silos. Estes localizam-se no exterior da muralha e a sua utilização como contentores de armazenagem de cereais ocorreu durante os séculos XIV e XV. Ao serem desactivados, foram entulhados durante os séculos XV e XVI com materiais de diversas tipologias.

**A B S T R A C T** In 2004, an archaeological rescue excavation took place in Beja (Av. Miguel Fernandes) identifying a set of 137 silos. These were situated outside of the ancient city walls and its chronology is fit in the Christian Medieval period. Its primary function was of storage containers for cereal. After the end of this activity, were filled, during the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries, with materials of several typologies.

## 1. O Parque Subterrâneo da Avenida Miguel Fernandes e o projecto BejaPolis

“No início do século XXI, Beja deixou escapar a oportunidade de se conhecer antes de si mesma.”  
(Lopes, 2005, 13)

A construção do Parque Subterrâneo da Avenida Miguel Fernandes inseriu-se no programa de requalificação urbanística BejaPolis, o qual permitiu a realização de intervenções arqueológicas em

diversos pontos da cidade de Beja. Na realidade, até 2002, a cidade de Beja tinha sido alvo de alguns projectos de investigação, com escavações programadas, bem como escassas intervenções de emergência, sendo a mais relevante e emblemática a Rua do Sembrano (Correia, 1994, pp. 195–202). O BejaPolis levou a que zonas nunca intervencionadas e sobre as quais existiam ideias meramente subjectivas e académicas revelassem, nas áreas intervencionadas, contextos arqueológicos bem definidos e que permitiram um novo conhecimento sobre a organização da cidade em vários períodos.

Através de doze espaços distintos da cidade, enquadrados neste cenário de obras públicas, foi possível realizar um número significativo de intervenções arqueológicas de natureza variada (acompanhamento arqueológico, sondagens de diagnóstico, escavação arqueológica), num contexto de minimização de impactes, emergência e futura musealização, que permitiu o registo de realidades arqueológicas de amplo espaço crono-cultural que se apresentam de vital importância para o conhecimento histórico e proto-histórico de Beja.

Ao nível da arqueologia, todo o projecto BejaPolis foi definido, previamente, pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), em conjunto com a entidade gestora do referido Programa. Desta forma, foi possível, com tempo (bem tão exíguo neste contexto de intervenção arqueológica de minimização em espaços urbanos), programar metodologias de intervenção, realizar adaptações de projecto, minimizando os impactos negativos das obras sobre o património arqueológico e, principalmente, impor uma consciencialização nas entidades responsáveis, da importância do património arqueológico e da inevitabilidade de este se “cruzar” com as distintas empreitadas realizadas em pleno centro histórico de Beja (Correia, 2005).

Até ao início do século XXI, o conhecimento acerca da dinâmica evolutiva da actual cidade de Beja provinha, essencialmente, de fontes históricas, dos dispersos achados arqueológicos publicados por Abel Viana, e das escassas intervenções arqueológicas dirigidas por Susana Correia e Conceição Lopes, nas últimas duas décadas do século XX. Com o Programa BejaPolis, as acções arqueológicas tiveram um incremento significativo, tendo tido proporcional correspondência ao nível da observação e registo de realidades estratigráficas e artefactuais, que permitem alargar a base empírica com que se constrói as leituras interpretativas acerca da sequência ocupacional desta cidade, desde da Idade do Ferro até aos nossos dias.

Na Rua do Sembrano ocorreu a única intervenção arqueológica claramente direccionada para a conservação de realidades arqueológicas. Das escavações da década de 80 e 90 do século XX, resultaram a observação de uma sequência ocupacional desde da Idade do Ferro (I milénio a.C.) até aos séculos II e IV d.C. Face à importância científica e à imponência estrutural dos referidos vestígios (muralla pré-romana e conjunto termal do Período Romano), o Programa Polis estruturou para este espaço um núcleo museológico, facto que impunha escavação de novos contextos que permitissem uma melhor compreensão e, futura, exposição.

Nesta intervenção, realizada entre 2003 e 2004, foi possível pôr a descoberto uma ampla área habitacional e obter dados sobre as cronologias da sua ocupação humana, desde meados do I milénio a.C. até aos nossos dias (Grilo, 2008, p. 261).

Os trabalhos permitiram uma melhor delimitação da muralla pré-romana, em conexão com abundante espólio artefactual que enquadra crono-culturalmente a construção deste sistema defensivo nos inícios do século IV a.C. Estes dados detêm um peso significativo e singular na compreensão da segunda metade do I milénio a.C. na região do Baixo Alentejo (Grilo, 2008).

O acompanhamento arqueológico e as sondagens preventivas que estavam projectadas para a empreitada na Praça da República permitiram a observação da estratificação de um dos locais com maior carga histórica de Beja, sobre o qual foram realizadas as mais variadas leituras sobre a pre-

sença do Fórum da antiga cidade romana de *Pax Iulia*. De forma sucinta, os distintos trabalhos permitiram: constatar o elevado grau de destruição da área, sendo praticamente impossível detectar níveis arqueológicos conservados; a identificação de espólio artefactual enquadrado na Idade do Ferro; um conjunto de estruturas, lajeado, pavimentos (onde se destaca um em *opus signinum*) de cronologia romana que podem indiciar a presença de edifícios monumentais; níveis conservados com espólio medieval islâmico, datável de um período entre os séculos IX e XIII (Pinto, 2008). Embora os trabalhos realizados se tenham limitado às áreas de afectação da obra, tendo ficado muitas problemáticas por definir e espaços por intervercionar, ainda assim, os resultados desta intervenção oferecem uma evidência empírica de amplo espaço cronológico, fundamentais na compreensão da sequência ocupacional de Beja a partir da Idade do Ferro até à Idade Média.

Na Praça Diogo Fernandes foram identificadas várias estruturas de diferentes tipologias e cronologias, nomeadamente dois troços de caneiro, duas estruturas pétreas e dois muros associados a derrubes (Costa, 2006).

Os dois troços de caneiros fazem parte do antigo sistema de drenagem de Beja e, pelo tipo de aparelho poderão, eventualmente, remontar a um espaço cronológico do Período Tardo-Romano ou à Alta Idade Média. No entanto, a exiguidade das áreas intervercionadas e a baixa densidade artefactual nos substratos sedimentares que contextualizam estas estruturas não permitem uma leitura interpretativa mais efectiva (Costa, 2006).

Numa sondagem foi registado um muro de cariz habitacional ou de delimitação de propriedade que, pela sequência deposicional identificada, remete-nos para uma cronologia baixo-medieval/moderna.

Ao nível do espólio exumado, a intervenção arqueológica na Praça Diogo Fernandes permitiu o registo de um conjunto heterogéneo em termos cronológicos e formais, factor atribuído às remodelações que a própria área foi sofrendo ao longo dos tempos. Do conjunto, destaca-se a presença de materiais romanos do século I e II, baixo-medievais e de faianças do século XVII (Costa, 2006).

A obra de requalificação do Largo da Ermida de Santo André teve sondagens arqueológicas prévias, visto que se tratava de acções intrusivas num espaço histórico que data do século XVI e à qual estaria anexa uma gafaria que foi encerrada no reinado de D. Filipe II.

A escavação das sondagens possibilitou a identificação de 10 sepulturas das quais foram exumados 7 indivíduos em conexão anatómica, depositados em decúbito dorsal. A sua cronologia será ao século XVII. Foram reconhecidos vários casos de lepra, sendo que a análise paleobiológica permitiu diagnosticar e caracterizar um número interessante de realidades enquadradas com situações de higiene oral, patologias de foro degenerativo e infecções de um grupo específico (leprosos) de pessoas da cidade de Beja em meados do século XVI e XVII (Antunes-Ferreira & Rodrigues, 2003).

O acompanhamento arqueológico realizado no futuro parque de estacionamento da Rua D. Manuel I levou ao registo de troços de calçada e de uma pequena cisterna, de cronologia difícil de precisar, num espaço próximo da muralha da cidade (Correia, 2005).

Parece-nos, desta forma, que, ao contrário do que afirma Conceição Lopes, o Programa Beja-Polis possibilitou um conjunto de dados arqueológicos, em vários espaços da cidade, que se podem constituir como excelentes bases de trabalho para o conhecimento das mais antigas ocupações de Beja. As intervenções foram efectuadas por equipas de arqueólogos profissionais, com carácter multidisciplinar, iniciando-se ainda durante os trabalhos de campo colaborações com entidades oficiais para estudo de determinados materiais.

Embora a maioria dos resultados arqueológicos provenham de acções de minimização<sup>1</sup> e não de intervenções metodologicamente programadas (a excepção será a intervenção na Rua do Sembrano), tal não significa que os seus responsáveis científicos se encontrem “dispensados” da respon-

sabilidade ética que detêm perante o património e perante a sociedade. Desta forma, é imperativo que esta “nova” evidência empírica seja, consequentemente, estudada e caracterizada. A sua importância científica só será, devidamente, avaliada, quando estiver, integralmente, publicada/divulgada, ficando, desta forma, sujeita a confrontação, verificação e discussão<sup>2</sup>.

A empreitada de construção do parque subterrâneo da Avenida Miguel Fernandes contemplou sondagens prévias de diagnóstico, pois a área a ser afectada era de grande dimensão, o impacto irreversível e a proximidade com a muralha da cidade, fazia com que toda esta área fosse muito sensível do ponto de vista arqueológico.

As sondagens prévias realizaram-se em 2002 e foram efectuadas pela Associação Degebe, na zona do jardim. Nestas sondagens não foram identificados níveis arqueológicos preservados, apenas condutas de águas pluviais e de esgotos contemporâneas, correspondendo as camadas identificadas a entulhos provenientes de outras zonas da cidade. Estes entulhos foram colocados nesta área para colmatação do declive natural do terreno, possibilitando assim a construção da plataforma onde o anterior jardim da avenida se desenvolvia (Grilo, 2002). Os resultados destas sondagens viabilizavam assim a construção da empreitada pretendida, pois os vestígios arqueológicos nas áreas sondadas não eram relevantes.

## 2. Enquadramento administrativo

A Avenida Miguel Fernandes localiza-se na cidade de Beja, no exterior das muralhas, pertencendo às freguesias de São João Baptista e São Tiago Maior (Fig. 1).

A passagem para o interior da muralha realiza-se pelo Postigo dos Prazeres, ou também denominado de Postigo da Corredoura, junto à Igreja da Nossa Senhora dos Prazeres.

Esta área da cidade tem como topónimo Largo da Corredoura, topónimo este existente desde final do século XV, correspondendo ao lugar de passagem de gado para a feira, ou do lugar nas próprias feiras destinado ao gado.

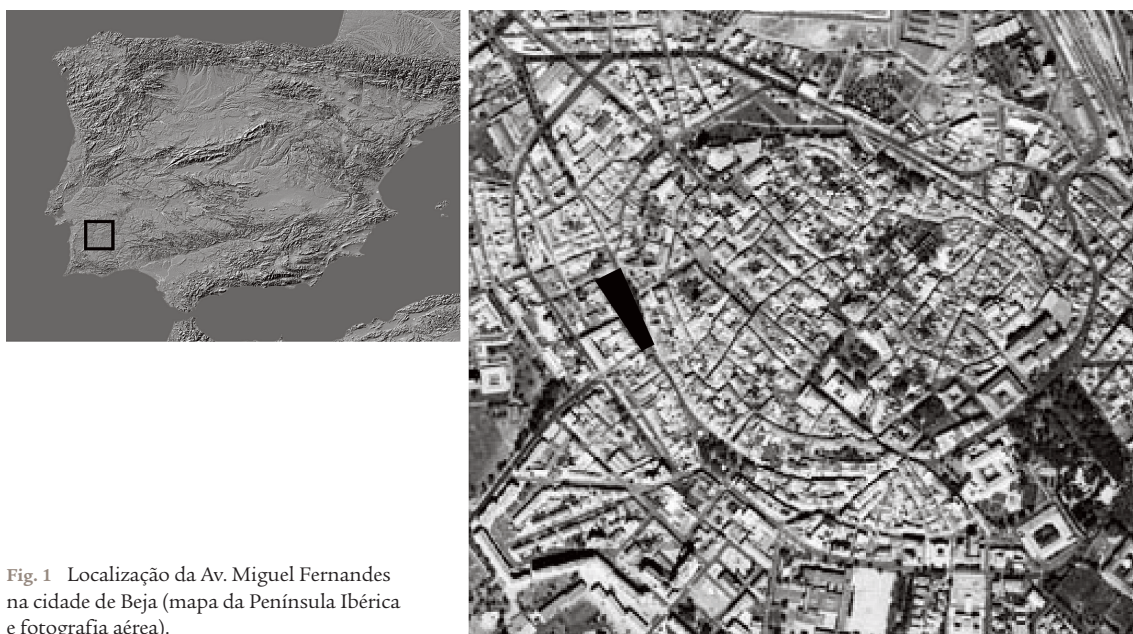


Fig. 1 Localização da Av. Miguel Fernandes na cidade de Beja (mapa da Península Ibérica e fotografia aérea).



### 3. A construção do Parque de Estacionamento da Avenida Miguel Fernandes e os respectivos trabalhos de arqueologia

A intervenção arqueológica efectuada na empreitada de construção do parque de estacionamento da Avenida Miguel Fernandes foi efectuada por uma equipa da empresa de arqueologia *Cri-varque, Estudos de Impacto e Trabalhos Geo-Arqueológicos*. O acompanhamento arqueológico iniciou-se em Agosto de 2003, e logo após a identificação dos primeiros silos a escavação arqueológica, que terminou em Março de 2004.

Tratou-se de uma intervenção arqueológica de emergência, realizada em âmbito empresarial, que teve como principal objectivo a escavação integral e o registo de todos os silos, assim como de outros possíveis vestígios arqueológicos existentes na área de afectação da obra. A intervenção arqueológica, quer no âmbito da escavação, quer do acompanhamento, articulou-se com o prosseguimento da obra, possibilitando a libertação de áreas para continuação dos trabalhos de construção do futuro parque de estacionamento.

### 4. Contextos arqueológicos: os silos

Foram identificados 137 silos na Av. Miguel Fernandes, localizados na zona Noroeste e Sudeste do parque, ou seja, na zona da anterior estrada (Fig. 2). Destes 137 silos identificados, 109 foram alvo de escavação integral, 15 foram escavados até à cota de afectação da vala das infra-estruturas e 13 silos foram apenas referenciados sendo realizado o seu registo fotográfico e gráfico.

Os silos funcionariam, inicialmente, como contentores de bens alimentares, nomeadamente cereais (trigo), sendo posteriormente desactivados (por razões higiénicas, estruturais, administrativas ou de localização) passando a ser reutilizados como local de despejo de desperdícios urbanos, domésticos ou não, funcionando como lixeiras.



Fig. 2 Vista geral dos silos da Av. Miguel Fernandes.



#### 4.1. Características tipológicas

A elevada concentração de silos tornou-se na característica marcante da intervenção arqueológica. Os silos não estavam associados a qualquer outro tipo de estrutura de apoio, ou de âmbito residencial, sendo a sua distribuição linear desde a muralha da cidade até a esta área mais a sul.

Estas estruturas apresentam grandes dimensões, variando genericamente entre 1,50 m e 5 m de profundidade, com uma média de 3 m de profundidade por silo. Em termos de capacidade correspondem a uma média baixa de 6 m<sup>3</sup> por silo.

Tipologicamente são estruturas negativas, escavadas no grano-diorito, de formato oval e apresentam diversas tipologias de fundos, existindo silos com perfil fusiforme, oval, em saco ou plano (Fig. 3). Esta distinta tipologia de fundos não corresponde a enchimentos diferenciados, nem a uma zona específica da avenida, correspondendo por vezes a alterações localizadas do substrato geológico que tornando-se mais compacto dificulta a continuação da abertura do silo.

Alguns silos apresentavam a boca estruturada com elementos pétreos de pequena e média dimensão ou com cerâmica de construção, existindo alguns cobertos por uma mó que adquiria assim a função de tampa (Fig. 4).

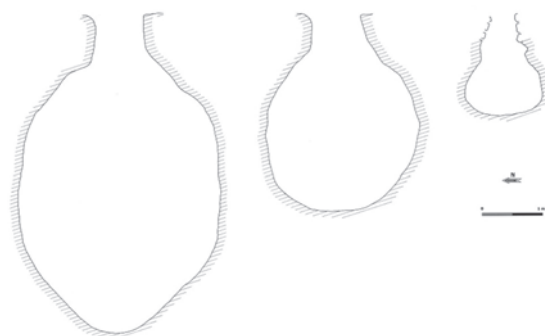


Fig. 3 Silos 8, 18 e 53, visualizando-se as distintas dimensões e os tipos de fundo.



Fig. 4 Silo 32, com boca estruturada.

#### 4.2. O proprietário de um silo

Curiosamente, no fundo do silo 88 apareceu uma laje em xisto de formato arredondado que apresentava uma breve inscrição em hebraico. A leitura da mesma revelou tratar-se do nome אברהם (Ābraham = Abraão), com caracteres de desenho bastante rude, obtidos por picotagem e abrasão. Sob a inscrição encontra-se uma gravação mais antiga que representa uma cruz composta por triângulos, de clara simbologia mágica.

Embora não seja possível garantir com toda segurança de que se tratava da tampa do silo em que foi encontrada, fica claro que a inscrição identifica o proprietário deste ou de outro silo nas vizinhanças, neste caso um judeu de nome Abraão (Fig. 5).

Trata-se de um objecto único em contexto português e vem reafirmar a acção de colecta e armazenamento de cereais por parte dos judeus durante a Idade Média. Não é de estranhar porque a actividade de rendeiro de impostos estava bastante difundida nas várias comunidades judaicas do país. A documentação regista em Beja, entre 1404 e 1476, oito indivíduos ligados a esta profissão, de nome Abraão (Tavares, 1984, pp. 21, 23–24).

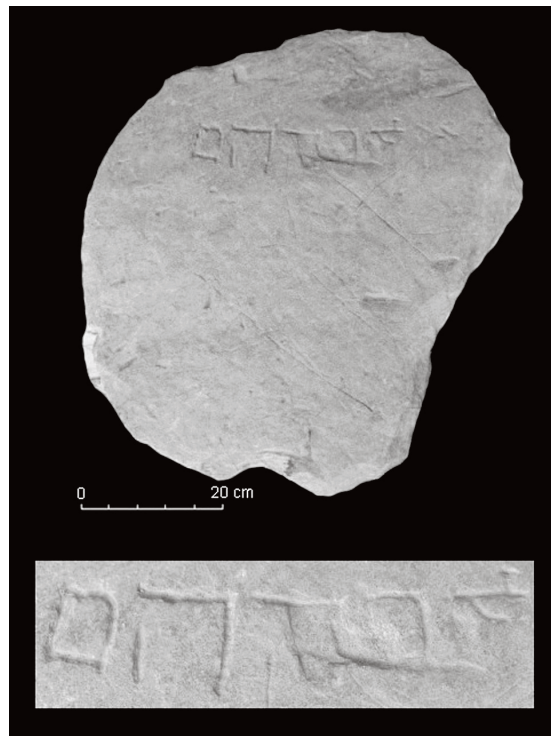


Fig. 5 Laje com inscrição hebraica.

#### 4.3. Estratificação identificada e a colmatagem dos silos

Através da escavação arqueológica tornou-se possível diferenciar distintas técnicas de enchimento dos silos. Alguns dos silos foram colmatados durante um curto espaço de tempo, com um só enchimento homogéneo. Porém na maioria dos silos, a estratificação observada revelou uma sucessão de camadas de entulho, constituídas por diferentes matrizes sedimentares, que se depositaram consoante o padrão de despejo para o interior do silo.

Em alguns silos, várias camadas apresentavam o sedimento e os materiais queimados, estando envoltos em carvões e cinzas, correspondendo provavelmente a níveis de combustão (tipo queimadas) com o objectivo de compactação de entulhos e/ou também por questões higiénicas (carcaças de animais, detritos domésticos etc.) (Martins & *alii*, 2008).

A desactivação da função primária dos silos foi efectuada igualmente apenas através da colocação de uma tampa, frequentemente uma mó reutilizada, permanecendo assim o silo vazio. Foram identificadas mós no fundo de alguns silos, que provavelmente seriam as tampas destes. Estas poderão ter caído para o interior (intencionalmente ou não) e possibilitado assim o início do enchimento do silo com entulhos (Fig. 6).

Verificou-se também a colocação de elementos pétreos de pequena e média dimensão na parede do silo para colmatar um buraco existente nesta. Esta fissura foi provavelmente efectuada no





Fig. 6 Silo 62 – mó/tampa na base do silo.

momento de abertura do silo mais recente, numa altura em que não se conhecia o local exacto do silo preexistente, que por sua vez já estaria desactivado e colmatado com entulhos, cortando assim accidentalmente a parede deste último. Para tapar de forma expedita este buraco não pretendido e possibilitar a utilização do novo silo, utilizou-se os materiais que se encontravam nas proximidades.

Alguns destes silos que se encontrariam vazios ou parcialmente colmatados foram claramente preenchidos em época contemporânea. Estes encontravam-se cortados ou parcialmente destruídos por infra-estruturas de vários tipos, sendo os sedimentos do seu interior constituídos por camadas de entulho contemporâneo. Através de informações orais, foi referenciado o abatimento frequente de algumas zonas do pavimento da Avenida Miguel Fernandes, sendo estes abatimentos solucionados através da colocação de entulho nos buracos, ou seja, nos silos, teoricamente desconhecidos pelas entidades oficiais.

## 5. Dados arqueozoológicos

O espólio ecofactual é dominado por uma avultada colecção de fauna constituída por restos de mamíferos, aves, peixes e répteis, além de uma não menos extensa colecção malacológica. O tratamento deste espólio teve início com um inventário preliminar, com base na organização da colecção por classes taxonómicas.

A partir desta organização e em termos genéricos, verifica-se que os fragmentos de mamíferos dominam claramente o conjunto, constituindo mais de 90% do universo da arqueofauna total,



sendo os restos de animais da ordem artiodáctila os que se encontram melhor representados, como o boi doméstico, o ovino/caprino e o porco. Os mamíferos selvagens estão representados pelo veado e pelo javali.

A ordem dos carnívoros parece revelar-se numericamente representativa, nomeadamente pela presença de esqueletos completos de indivíduos da espécie *Canis familiaris* (cão) (Fig. 7).

Quanto aos logomorfos estão dominados pelo coelho (*Oryctolagus cuniculus*). Embora a escavação dos silos tenha sido feita manualmente, permitindo, de certo modo, uma recolha exaustiva dos materiais, os roedores constituem uma percentagem muito pouco significativa no universo total.

A avaliação genérica dos constituintes da colecção dos mamíferos, especialmente no caso dos artiodáctilos domésticos, aponta para a elevada frequência de partes do esqueleto craniano e extremidades dos membros, que constituem as partes anatómicas sem interesse para a alimentação humana. Além disso, o domínio das marcas de golpes (efectuadas, por exemplo, com recurso a cutelos) que são interpretadas como relacionadas com o descarne e esquartejamento primário das carcaças permite-nos avançar a hipótese genérica de que a acumulação de fauna nos silos se deverá, grosso modo, a desperdícios de matadouros, açougues e talhos.

Contudo, estas hipóteses carecem de estudos sistemáticos aprofundados com vista à correcta interpretação da origem das acumulações em articulação com os contextos arqueológico e histórico. Aliás, foi com este objectivo que foi contactada a equipa do então Laboratório de Arqueozootologia do Instituto Português de Arqueologia (actual IGESPAR), ainda no decurso da escavação arqueológica. Desde então foi desenvolvida uma colaboração informal que tem vindo a resultar em estudos especializados sobre algumas amostras.



Fig. 7 Silo 11 – esqueleto de cão.

No caso dos mamíferos, a colecção integrou o estudo da variação osteométrica de ovelhas, bovinos e porcos provenientes de sítios arqueológicos portugueses na região sul de Portugal (Davis, 2008; Detry & *alii*, 2010) e no caso das aves foi apresentado um estudo sobre uma amostra ao 6th ICAZ Bird Working Group Meeting, da responsabilidade de Marta Moreno García e Carlos Pimenta (Moreno García & Pimenta, no prelo).

Relativamente à malacofauna, uma amostra foi estudada por um dos signatários (A. M.), tendo revelado exclusivamente moluscos marino-estuarinos, sendo os mais representados *T. decussatus* (amêijoia-boia) e *O. edulis* (ostra), apresentando as outras espécies um número muito reduzido. Torna-se clara a predominância destas duas espécies de moluscos comestíveis, em detrimento das outras (nem todas comestíveis) que seriam provavelmente menos frequentes (por motivos geográficos, ecológicos, culturais ou financeiros). Na realidade amêijoas e ostras podem ocorrer em conjunto, partilhando os mesmos ambientes, distribuição geográfica e distribuição batimétrica, sendo a *T. decussatus* uma das espécies acompanhantes de bancos de ostras (Saldanha, 1995).

Entre a colecção foi ainda identificada a produção de artefactos em osso utilizados nas actividades artesanais como moldes de botões em osso, safras para picar foicinhas, e objectos utilizados na fiação como agulhas, fusos, torres de roca e cossoiros (*vide infra*).

## 6. A cultura material

Na intervenção realizada foi recolhido abundante espólio de diversas tipologias, cuja característica principal é o seu bom estado de conservação. Todos os materiais encontrados foram recolhidos na íntegra, possibilitando uma análise global da vida quotidiana da cidade de Beja neste período.

### 6.1. Espólio cerâmico

O espólio cerâmico caracteriza-se pela sua elevada abundância e pelo seu bom estado de conservação, existindo numerosas peças inteiras ou que possibilitam a reconstituição do perfil completo. As cerâmicas dividem-se essencialmente em dois grandes grupos: comum e de importação.

O primeiro grupo está representado por um vasto repertório formal que abrange todos ou quase todos os tipos de peças de uso quotidiano dos séculos XIV a XVII.

As peças mais abundantes são as de ir ao fogo ou de uso doméstico — caçoilas, panelas, testos, alguidares e alguns tipos de prato. Seguem-se as de contenção de líquidos (púcaros, jarros, cântaros), as de iluminação (candeias e candeieiros) e, por fim, as de uso mais particular, como os penicos, mealheiros e as medidas (Figs. 8 e 9).

A partir do século XVI, com a generalização dos vidrados, boa parte destas formas passam a incluir este tipo de revestimento.

Com o crescimento económico do século XV, Beja vê-se com um elevado poder de compra, possibilitando a importação e a chegada das denominadas cerâmicas de luxo.

As cerâmicas de importação cobrem um grande número de procedências, sendo mais significativas as valencianas — reflexos metálicos e verde e manganés. Entenda-se que a designação genérica de Valência diz respeito não só à área da cidade de Valência mas sobretudo às localidades de Manises e Paterna. Os recipientes valencianos seriam as peças mais apreciadas do mobiliário bejense dos séculos XIV a inícios do XVI, sobretudo por questões estéticas.



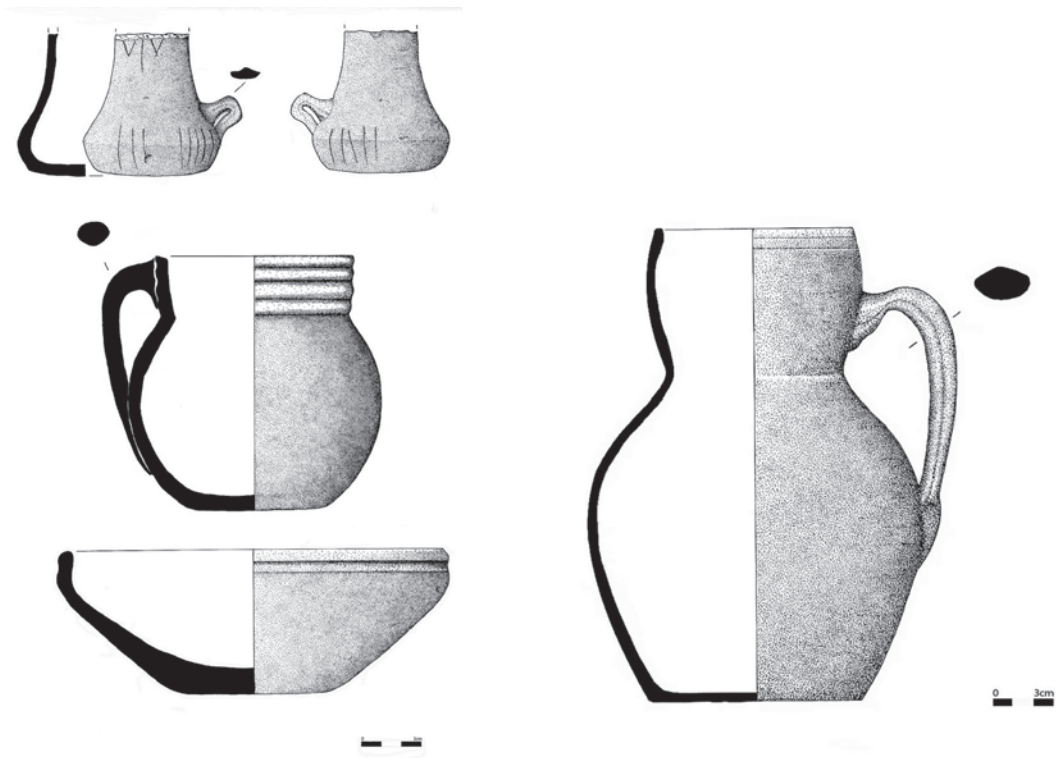


Fig. 8 Peças de cerâmica comum: medida, tigela, panela e cântaro.



Fig. 9 Cerâmica comum, principais formas.

Foram recolhidos no decorrer da intervenção arqueológica uma grande quantidade de fragmentos e poucas peças completas, o que leva a afirmar que estes objectos eram alvo de um uso bastante prolongado e intenso (Fig. 10).

Em termos formais, está presente todo o repertório formal e estilístico da cerâmica valenciana dos séculos XIV e XV, exceptuando a cerâmica comum e a pintada a verde e vinoso. Surgem motivos decorativos pintados a azul e reflexos metálicos ou ambos os elementos tratados em separado, sendo os temas predominantes os vegetalistas, os geométricos e ocasionalmente os epigráficos. Existe um predomínio de peças abertas (taças e tigelas), existindo ainda exemplares de perfil fechado (jarros, pichéis e redomas).

Muitas vezes atribuídas à região de Valência, as peças provenientes de Teruel apresentam uma decoração mais simples, baseada essencialmente em temática geométrica e vegetalista estilizada. As cores utilizadas são exclusivamente o azul e o verde e vinoso, não tendo produzido reflexos metáli-



Fig. 10 Tigelas valencianas.

Fig. 11 Fragmento de *alfardón* – produção de Teruel.

cos. Foram recolhidas na intervenção diversas peças desta proveniência, nomeadamente alguns fragmentos de tigelas pintadas em verde e vinoso e ainda parte de um *alfardón* (azulejo hexagonal) com decoração fitomórfica, de meados do século XV (Fig. 11).

De proveniência menos longínqua temos as produções sevilhanas, importante centro de produção de cerâmica desde a Época Islâmica. Esta cidade produziu e exportou grandes quantidades de cerâmica esmaltada branca, verde e imitações de berettinos, e os famosos azulejos de corda seca e aresta, desde finais do século XV ao primeiro quartel do século XVI.

As peças de Sevilha mais representativas dos silos de Beja são os pratos de fundo onfalóide esmaltados a branco, alguns com pintura a azul e vinoso (Fig. 12). Com o mesmo perfil temos ainda pratos esmaltados a verde e vidrados em tom melado com pintura a manganês, de tradição islâmica (decoração de bolbos de lótus e apontamentos de pseudo-epigrafia árabe). A par dos pratos surgem as tigelas e escudelas de perfil carenado e hemisférico com pé anelar, por vezes com o mesmo tipo de pintura.

Sevilha produziu ainda peças de grande formato esmaltadas a verde, das quais temos um exemplar de alguidar, fabricado numa pasta bege-rosada e revestido com esmalte verde de cor intensa, apesar de bastante oxidado.

Foi também identificado um pequeno conjunto (4 fragmentos) de cerâmicas produzidas no Reino de Granada (inícios do século XV). Estas cerâmicas nasris constituem um conjunto homogêneo, pertencendo dois fragmentos à mesma peça, apesar de todas terem sido recolhidas em silos distintos. Apresentam esmalte branco e pintura a azul, reflexos metálicos e a combinação de ambos. As formas são abertas, em dois dos casos (tigelas), e fechada noutro (difícil de determinar a forma), destacando-se uma grande tigela de pé anelar esmaltada a branco com motivo epigráfico pintado a azul que, devido ao avançado estado de degradação do mesmo, o pigmento tornou-se amarelado (Martins & Lopes, 2008). A escassez de exemplares identificados em Portugal (apenas se conhecem provenientes de intervenções arqueológicas em Palmela e em Tavira) torna estes fragmentos de produção granadina importantes para a compreensão das rotas comerciais que chegavam ao nosso território, trazendo bens de luxo.



Fig. 12 Prato – produções sevilhanas.



Em alguns silos, claramente colmatados durante os séculos XVII e XVIII surge uma quantidade considerável de cerâmica comum importada, nomeadamente as de produção alto-alentejana (Montemor-o-Novo, Estremoz e Nisa). Com esta cronologia mais recente foram igualmente recolhidos vários fragmentos de faiança portuguesa.

6.2. Os objectos do dia-a-dia

Foi recolhido na intervenção arqueológica numeroso espólio de diversas tipologias, genericamente relacionado com aspectos quotidianos e de uso pessoal.

6.2.1. Os numismas

O espólio numismático corresponde a uma colecção abundante, encontrando-se maioritariamente em bom estado de conservação. Cronologicamente destaca-se a predominância de numismas da 1.ª Dinastia e da 2.ª Dinastia, existindo ainda 412 que não permitiram leitura devido ao seu estado de conservação. O final do século XIV encontra-se bem representado pelos numismas de D. Fernando e de D. João I, continuando durante todo o século XV, com predominância pelo reinado de D. Afonso V (ver Gráfico 1). Podemos afirmar que existe uma clara abundância de numismas a partir de meados do século XIV até finais do século XV, sendo residuais os dos séculos XIII, XVI, XVII e XVIII.

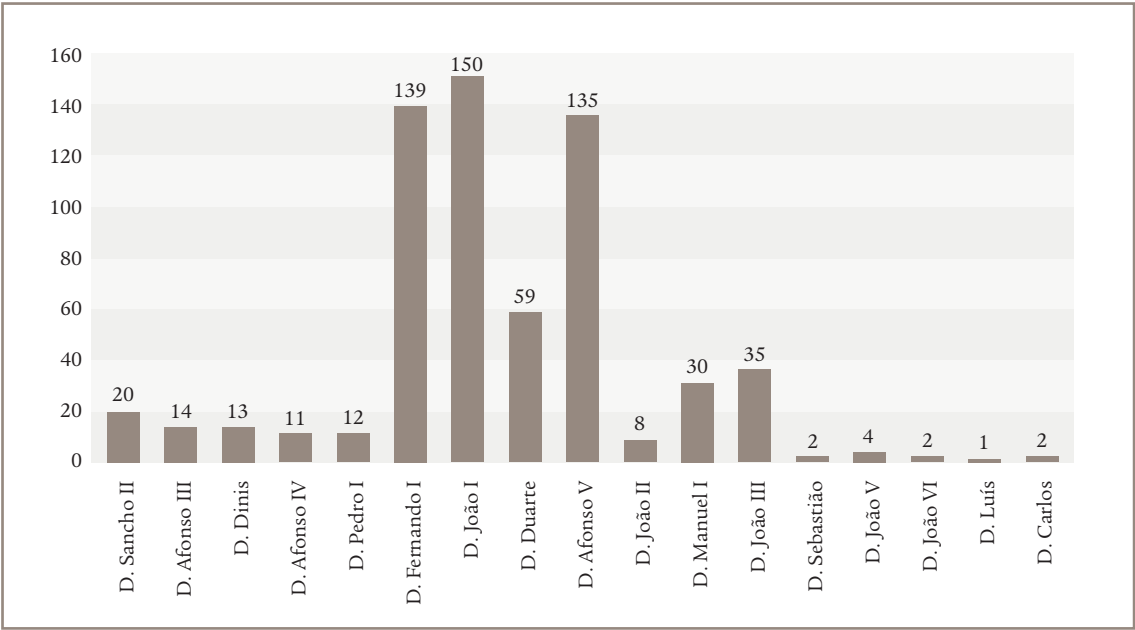


Gráfico 1 Número de numismas por reinado.

A matéria-prima utilizada predominantemente é o cobre e a liga metálica – bolhão, tendo sido ainda recolhidas duas moedas de ouro de D. João V, de cunhagem de 1729 e 1730, e uma moeda de ouro castelhana de João III da década de 20 do século XV.

6.2.2. *Actividades profissionais*

As actividades bélicas estão representadas através de objectos muito diversos. Foram identificadas várias nozes de besta (Fig. 13), punhais com o cabo em osso (alguns decorados), fragmentos de espadas, um fragmento de cota de malha, dedeiras e projecteis em metal e em pedra.

Actividades profissionais específicas são-nos reveladas através de vários artefactos. A manufatura de botões está atestada pela presença de alguns fragmentos de moldes de botões (em osso) e uma pequena plaina, realizada sobre osso, revela-nos a sua utilização para trabalhos de marcenaria de precisão (Fig. 14).

A actividade profissional de ferreiro está claramente confirmada pela existência de 7 safras em osso para picar foicinhas de gume serrilhado. Estes objectos são realizados em metápodos de boví-



Fig. 13 Noz de besta.

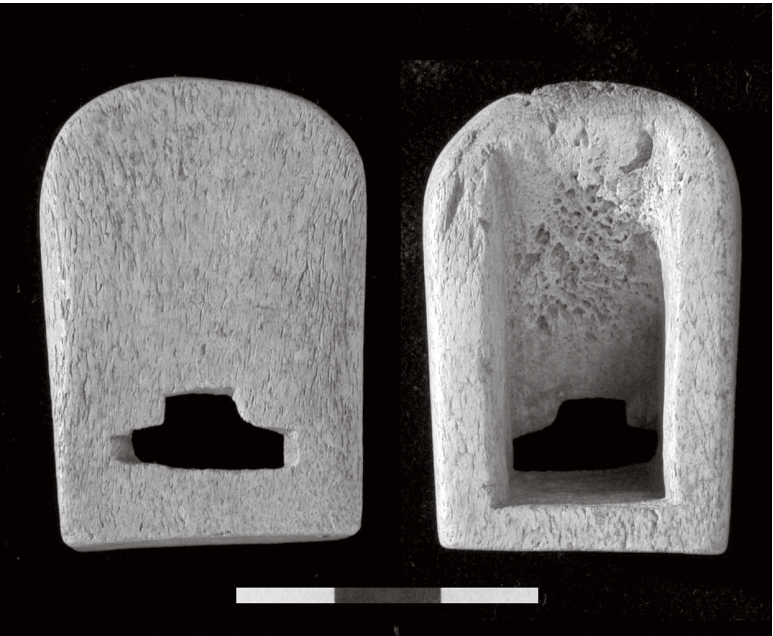


Fig. 14 Plaina de reduzida dimensão para trabalhos de precisão.

deos e caracterizam-se por apresentarem um número variável de linhas de incisões milimétricas com perfil em “V”, lavradas no eixo transversal da diáfise previamente aplanadas em uma ou mais faces. Por vezes, as epífises proximal e distal encontram-se afeixoadas com golpes de cutelo ou de machado (Moreno García, Pimenta & Ruas, 2005, p. 572). Estes artefactos são assim resultantes do trabalho manual efectuado pelo ferreiro no decorrer do processo de afiar ou reavivar os gumes das foicinhas. Os metápodos, depois de serem previamente afeixoados, apresentam uma superfície regular, suave e polida, ideal para servir de apoio à operação de “picar” os dentes das foicinhas. As marcas existentes nestes objectos são o resultado do impacto no osso da ponta do cinzel utilizado para fazer os dentes da foice. A repetição da operação e a reutilização destas safras poderiam originar a fragmentação do tecido ósseo, provocando fracturas como as observadas num exemplar recolhido. Estes objectos foram estudados pelos técnicos do Laboratório de Arqueozoologia do IGESPAR, juntamente com outros idênticos provenientes de várias intervenções arqueológicas, desmistificando com estes resultados a sua funcionalidade (Moreno García, Pimenta & Ruas, 2005; Moreno García & *alii*, 2006).

### 6.3.3. O quotidiano

As actividades quotidianas, possivelmente realizadas no seio familiar, estão patentes em variados objectos como agulhas (de bronze ou osso), cardadeiras, fusos, cossoiros e uma torre de roca. Foram identificadas duas pintadeiras, uma com um formato de chave, que serviriam para marcar o pão, cozido nos fornos comunitários.

Os momentos de lazer estão representados pelos dados (Fig. 15) e pelas numerosas malhas de jogo, maioritariamente em cerâmica comum, algumas de pedra e outras que correspondem a uma reutilização de fundos de taças ou jarros de cerâmica vidrada de importação, revelando a importância estética e económica deste tipo de cerâmica.

O espólio de uso pessoal constitui uma categoria que se encontra muito bem representada através de objectos únicos e especiais como por exemplo contas (em osso, pedra e azeviche), botões (alguns deles gravados), brincos, anéis (podendo ter pedras semi-preciosas como granadas), pulseiras de vidro e pendentes de bronze (Fig. 16).

O espólio vítreo encontra-se muito fragmentado, possibilitando apenas a reconstituição tipológica de escassas peças. Actualmente encontra-se em fase de estudo, no âmbito do projecto de doutoramento da Dr.<sup>a</sup> Teresa Médiç.

O restante e numeroso espólio metálico (objectos de bronze, cobre e ferro) encontra-se muito oxidado, sendo apenas possível nos objectos em bronze reconhecer tipologias de artefactos.

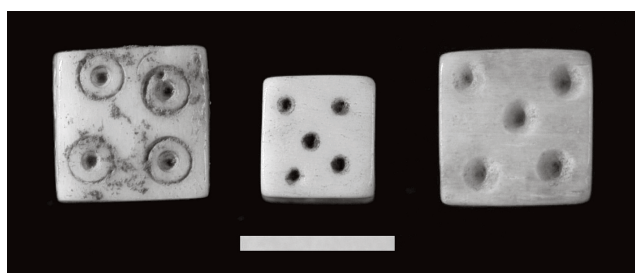


Fig. 15 Artefactos em osso – dados.

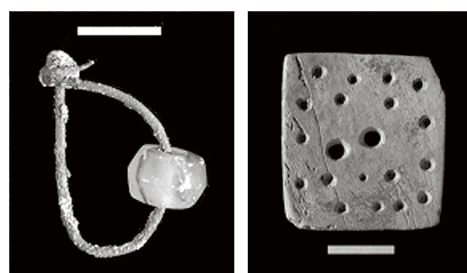


Fig. 16 Brinco com conta em cornalina e botão em osso.

## 7. Beja e os silos: enquadramento histórico-arqueológico

### 7.1. O percurso histórico e os meios de produção

A preocupação em incentivar a actividade agrícola, levando à diminuição dos campos abandonados encontra-se já bem patente no Foral de Beja doado por D. Afonso III no século XIII. Portugal apresentava-se como um país essencialmente agrícola, conhecedor de técnicas de cultivo legadas pelo povo romano e pelo árabe. Após a Reconquista, ocorre um incremento da actividade agrícola levado a cabo principalmente por parte das ordens eclesiásticas através dos conventos.

As condições climatéricas adversas, as contribuições exigidas elevadas, aliadas às crises económicas (fomentadas pelas fomes e pestes) eram de tal modo desmotivadoras que o abandono das terras tornou-se na consequência mais clara destas calamidades. Foram frequentes medidas radicais por parte da coroa para impedir esta situação, porém, desde os séculos XIII e XIV existiu sempre falta de mão-de-obra, ficando assim muitas terras abandonadas e incultas.

Relativamente a Beja, durante os séculos XI e XII a cidade foi praticamente destruída, levando ao seu abandono. Ocorreu uma saída maciça da população, dirigida essencialmente para Mértola e Sevilha, criando um período de estagnação e decadência económica, cultural e populacional que se prolongou até finais do século XIII, inícios do século XIV.

A prosperidade económica dos séculos XIV e XV é alcançada por um lento crescimento populacional, com a vinda de populações da zona ribatejana (provavelmente elites de Santarém) que pedem a D. Afonso III a cedência do foral de Santarém para Beja. Esta elite traz para a cidade dinheiro e contactos comerciais (Serrão & *alii*, 1996).

Apesar das crises agrícolas que provocavam a falta de cereais por todo o reino, era sempre a Beja que este era requisitado, havendo mesmo referência no Verão de 1651 de uma elevada requisição de cereais, concluindo-se, deste modo, a abundância de cereais produzidos (Goes, 1998). D. Manuel tornou Beja, no início do século XVI, uma das cidades mais ricas e importantes do sul do Tejo, juntamente com Évora, Portalegre e Elvas. Este crescimento económico do século XVI é sustentado em grande parte na produção agrícola.

Os solos de boa qualidade proporcionaram ao Alentejo a possibilidade de produção de vários tipos de cereal, existindo desde os textos das Inquirições gerais de 1220, 1258 e 1284, nos contratos de aforamento de terras de D. Afonso III, de D. Dinis e das instituições religiosas referências ao trigo, à cevada, ao centeio e ao milho que eram a moeda de troca por excelência. O termo *Pão* era a forma mais corrente de designar aqueles cereais, sendo o trigo o mais utilizado em todos os períodos (Goes, 1998).

Logo durante o século XV, Beja conheceu uma certa dinâmica económica proporcionada pela pecuária e pela agricultura, levando à sua expansão para fora dos muros medievais. As feiras tornaram Beja pólo de atracção de comerciantes, onde se realizavam trocas a nível nacional e internacional.

### 7.2. As rotas comerciais: produtos e vias de comunicação

Esta cidade do interior alentejano, encontra-se a alguns quilómetros de distância da costa ou de estuários. A Noroeste, localiza-se o estuário do Sado, com entrada por Alcácer do Sal, levando à Costa Atlântica, e a Sudeste o estuário do Guadiana, com entrada em Mértola, levando à Costa Sul e à passagem para o Mediterrâneo. Assim, apesar de Beja ser uma cidade do interior, sem uma via



fluvial imediatamente próxima, o Guadiana funcionava como via de comunicação com o Sul e o caminho para Alcácer do Sal como a via de comunicação terrestre até ao caminho fluvial que se iniciava nesta cidade do estuário do Sado e que poderia conduzir para norte (Lisboa e Norte da Europa) ou para sul (Costa Atlântica e Mediterrâneo).

Estas rotas comerciais efectuavam-se frequentemente trazendo à cidade todo o tipo de materiais, desde bens alimentares, produtos comerciais de luxo, animais, produtos pessoais, entre muitos outros, servindo depois igualmente de vias de exportação.

Desde o Período Islâmico que Alcácer do Sal se tinha notabilizado pelos seus estaleiros navais e pelo seu comércio, tradição esta que permaneceu nas épocas posteriores, mantendo uma dinâmica comercial também com o interior. A sul os portos de Castro Marim e de Tavira (no estuário do Guadiana e um pouco depois da sua foz respectivamente) funcionavam como local de trocas comerciais e entrepostos de bens alimentícios e materiais.

A cidade de Beja encontrava-se assim no centro destas duas rotas comerciais, que partiam directamente do Oceano Atlântico por estuários, possibilitando o transporte de todo o tipo de bens, de maneira rápida e segura. Os bens alimentares, nomeadamente a fauna malacológica, chegariam a Beja facilmente, após uma viagem rápida, sem o risco das espécies conquíferas ficarem estragadas e assim sem comercialização. Certamente não seriam bens alimentícios de luxo (nomeadamente a *T. decussatus* e *O. edulis*), pois a sua abundância na intervenção arqueológica, atesta o contrário, sendo antes produtos muito frequentes. Esta elevada predominância de moluscos comestíveis enquadra-se na hipótese histórico-arqueológica de que os silos seriam utilizados num período posterior à sua desactivação, como local de despejo de detritos domésticos, funcionando simplesmente como “lixreira”.

As rotas comerciais traziam para Beja não só produtos nacionais, mas também produtos de outros países e outras zonas do mundo. Como foi anteriormente referido foi recolhido um importante conjunto de cerâmicas de importação de diversas proveniências. Com este comércio de cerâmica de luxo, certamente viriam outros objectos e materiais, como por exemplo uma concha perfurada usada como adorno (Fig. 17). A *Zonaria pyrum* é uma espécie exógena<sup>3</sup>, não ocorrendo nas águas das costas atlânticas portuguesas, tendo sido por isso trazida para Beja através de rotas comerciais internacionais. Poderá ter sido recolhida no Mediterrâneo Sul ou na costa africana, sendo a proveniência mediterrânica mais provável devido à existência de trocas comerciais intensas com esta zona. Provavelmente terá chegado a Beja já na sua função secundária, de adorno, tendo sido perfurada no seu local de recolha e transformada antrópicamente por um artesão. Este realizaria este trabalho recorrentemente, de maneira especializada, visto a perfuração ter sido precisa e eficaz, não danificando a concha, sendo realizada num local

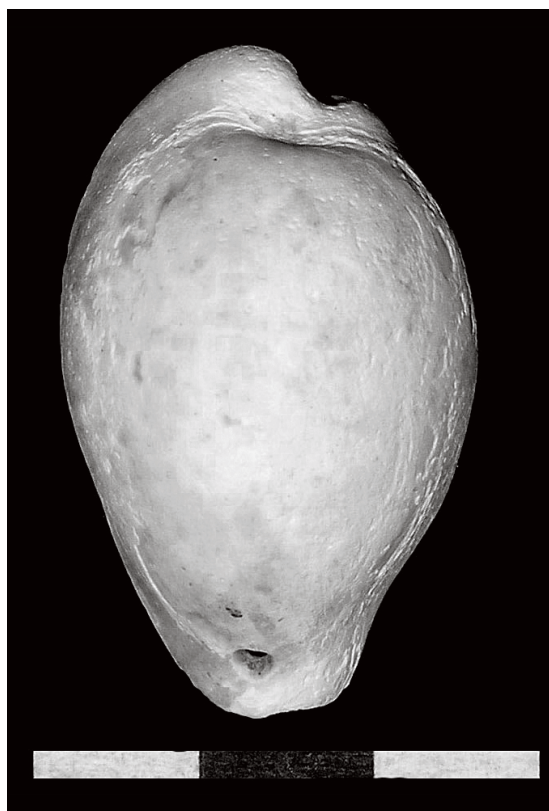


Fig. 17 Concha (*zonaria pyrum*) perfurada, usada como adorno.

previamente escolhido, reconhecido como o melhor para efectuar a pressão necessária. Quando foi utilizada como adorno, possivelmente um pendente (talvez num fio ou num aplique de vestuário) o gastrópode possuiria ainda a sua coloração natural, de tons castanho-amarelados, perdendo-a devido a processos tafonómicos num momento muito posterior à sua utilização como adorno. O facto de se encontrar inteira, não apresentando a zona da perfuração fragmentada, revela-nos que foi abandonada ainda num momento em que poderia ser utilizada, podendo ter sido perdida ou simplesmente descartada (Martins & *alii*, 2008).

### 7.3. Os silos de Beja

A presente intervenção arqueológica revelou-nos assim que um numeroso conjunto de silos estava localizado nesta área extra-muros da cidade. Apercebemo-nos claramente de três linhas de silos muito próximas da muralha de Beja. Contudo, não podemos deixar de salientar que a realidade arqueológica identificada não corresponde a um contexto fechado, ou seja, não conhecemos a totalidade de silos nesta área, nem se existiriam estruturas associadas a estes, que poderiam localizar-se numa zona mais próxima da muralha, visto que, na zona intervencionada a Sudoeste, estas não foram identificadas<sup>4</sup>.

Este conjunto de silos não estava relacionado com nenhuma paróquia, convento, palácio ou casa senhorial, mas certamente não seriam propriedade de simples particulares a título individual, tornando-se indispensável uma pesquisa histórica direccionada para esta questão.

Provavelmente, a cidade de Beja teria em todo o perímetro exterior da muralha silos, hipótese corroborada pelas referências a estas estruturas em variadas zonas da cidade.

Abel Viana refere algumas destas estruturas que identificou pela cidade, normalmente em contexto de obras (Viana, 1946, 1954), salientando as suas grandes dimensões. Enumera a localização de alguns dos silos, referindo porém a existência de inúmeros dispersos pela cidade no interior e no exterior da muralha. São referidos silos na Rua da Conceição e na Rua da Torrinha (4 silos de grandes dimensões), um silo identificado em 1940 na Rua do Conde da Boavista e outro posteriormente, existem referências a silos na Rua da Conceição por baixo do piso do antigo refeitório do convento, na Rua de Santo António ou das Lojas, na Rua do Mestre Manuel, na Travessa do Padre Plácido, na Praça da República, no recinto do Castelo (este encontrava-se vazio), na Rua do Touro, na Rua da Misericórdia e na Rua dos Prazeres. Em Novembro de 1952 foram identificados sete silos de pequenas dimensões na Rua do Conde da Boavista quando se abriam as caves do Banco Ultramarino, silos estes que fariam parte de um grupo que se prolongaria pelo pavimento da actual rua. Estes últimos provavelmente teriam sido abandonados cerca de 1506, quando se acabou de construir o refeitório do convento da Conceição, ficando ocultos sobre o pavimento (Viana, 1954).

Na zona do castelo de Beja, na face exterior do primeiro pano de muralhas, virado a norte, foram também identificadas várias bocas de silos escavados no substrato geológico (CNS 11104 – Endovélico).

Em 1987 foi escavado um silo na Rua das Portas de Moura, em contexto de salvamento, na sequência de obras de recuperação no interior de um edifício, verificando-se o seu entulhamento pela última vez entre os séculos XIX e XX, sendo os materiais recolhidos de diversas cronologias variando entre modernos, islâmicos e romanos (CNS 12273 – Endovélico).

No âmbito do projecto de requalificação da Escola Diogo Gouveia, a empresa Neoépica, identificou recentemente (finais de 2009) um conjunto muito importante de silos (CNS 32127 – Endovélico; [www.neoepica.pt](http://www.neoepica.pt)), que pela sua localização nos indicam ser a continuação do núcleo da Avenida Miguel Fernandes.

De salientar a referência de Abel Viana a silos que examinou na Praça de Miguel Fernandes e também na Rua de Lisboa (prolongamento da Av. Miguel Fernandes para norte), dizendo que os silos da Av. Miguel Fernandes comunicavam entre si, não tendo sido possível descer ao interior destes por estarem inundados, mas que se encontravam transformados em fossas de saneamento. Porém pôde analisar o silo da Rua de Lisboa, que apresentava 2,30 m de profundidade por 1,75 m de largura máxima, e que como se encontrava no meio da estrada foi necessário entulhá-lo para não ocorrer novo aluimento de terras à passagem de carros pesados (Viana, 1946). Esta situação de entulhamento em época contemporânea foi também observada na intervenção arqueológica. O autor diz-nos em relação aos silos que estes

(...) intensamente distribuídos no subsolo de Beja, são na maioria periodicamente destapados, e certamente remexidos por curiosos, além de que foram usados pela nossa gente, durante séculos (...) (Viana, 1946, p. 173).

As suas observações permitiram-lhe recolher numerosas peças de cerâmica comum (algumas inteiras ou parcialmente fragmentadas), cerâmicas de importação como porcelanas e faianças de produção nacional, assim como inúmeros objectos de outras tipologias depositados no Museu Municipal de Beja.

A função secundária destas estruturas está assim bem patente havendo referência aos despejos domésticos de habitações próximas dos silos, efectuadas pelo menos até à primeira metade do século XX.

Os silos estariam intrinsecamente ligados à vida das populações quer quando tinham como função a armazenagem de bens alimentares quer quando se tornaram no local de despejo de desperdícios domésticos ou profissionais. A terminologia de silo certamente variou em termos cronológicos e geográficos, existindo para a zona em questão as referências a matmôrras, matamôrras, masmorras, matmôras, covas e covelas, designações ligadas à ideia de esconderijo ou prisão (Viana, 1946, p. 173).

Os silos teriam assim como função primária a armazenagem de produtos alimentares como cereais e provavelmente frutos secos. São estruturas negativas que permitem uma boa conservação dos alimentos, ocupando um espaço reduzido. Permitem ocultar os mantimentos ou o produto das colheitas e provavelmente teriam sobre a tampa alguma cobertura perecível ou simplesmente terra. Salienta-se a proximidade da área intervencionada com os campos de cereais, que ainda no início do século chegavam a esta zona, imediatamente antes das hortas que rodeavam toda a cidade, proporcionando vegetais e árvores de fruto para consumo interno da cidade.

A criação do Celeiro Comum de Beja a 29 de Agosto de 1579 pelo Cardeal-Rei D. Henrique levou seguramente à desactivação dos silos. Funcionou inicialmente em duas casas do Hospital de Nossa Senhora da Piedade, surgindo referido em documentos do século XVI como “celeiro do Hospital”. As crises sucessivas da agricultura nacional levaram à criação do Celeiro Comum de Beja, proibindo aos lavradores da cidade e do seu termo encovar cereais (trigo e cevada guardados em silos ou em talhas soterradas), ficando o cereal existente inventariado e sob controlo camarário (Goes, 1998, p. 303).

Os silos tornaram-se assim em local de despejo de lixeiras domésticas, muito provavelmente dos arredores próximos e também de açougues ou matadouros.

É patente o aproveitamento exaustivo do espaço na Av. Miguel Fernandes, revelado pelas grandes dimensões dos silos e pela sua elevada concentração. A característica branda do substrato geológico foi provavelmente um factor decisivo para a realização de estruturas de grande dimensão e em tão elevada quantidade.

Cronologicamente podemos propor a abertura e utilização dos silos como contentores de armazenagem de cereais provavelmente durante os séculos XIV e XV (podendo alguns recuar ao século XIII), tornando-se a criação do Celeiro Comum de Beja em finais do século XVI elemento indicador da desactivação dos silos da sua função primária. Porém, anteriormente alguns silos já teriam sido desactivados (durante o século XV), num momento em que outros ainda estariam a funcionar como depósito. Os materiais recolhidos na maioria dos silos remetem-nos para um período cronológico balizado entre os séculos XV e XVI, existindo porém materiais datáveis do século XIV, verificando-se ainda que alguns silos foram colmatados durante o século XVII.

Lisboa, Setembro de 2010

## NOTAS

- \* Arqueólogos  
andrea.arte@gmail.com  
c.augustoneves@gmail.com  
ccordeirocosta@gmail.com  
g.simoelopes@gmail.com
- <sup>1</sup> Não confundir acções de minimização com intervenções sem “...qualquer objectivo científico...” (Lopes, 2005, p. 13). Todos os trabalhos arqueológicos realizados no projecto BejaPolis (bem como em qualquer outro projecto) possuem intrinsecamente objectivos científicos.
- <sup>2</sup> Os resultados preliminares da intervenção arqueológica na Avenida Miguel Fernandes foram apresentados em 2004 no IV Congresso de Arqueologia Peninsular e em 2005 nas Jornadas de Arqueologia Medieval e Moderna de Castelo Novo. Porém as actas destes congressos nunca foram editadas, ficando os artigos no prelo.
- <sup>3</sup> Identificação da espécie realizada por Carlos Marques da Silva, a quem agradecemos.
- <sup>4</sup> Através de informação oral de habitantes locais soubemos da existência de outros silos descobertos durante obras no interior das habitações adjacentes à Av. Miguel Fernandes, que se encontram junto da muralha.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANTUNES-FERREIRA, Nathalie; RODRIGUES, Ana (2003) - Intervenção arqueológica no Largo da Ermida de Santo André (Beja). *Al-madan*. Almada. II série. 12, p. 193.
- CORREIA, Susana; OLIVEIRA, João (1994) - Intervenção arqueológica na Rua do Sembrano – área urbana de Beja. Campanhas de 1988 a 1990. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 195–202.
- CORREIA, Susana (2005) - A Arqueologia e o Programa BejaPolis. *Beja. Caminhos de Futuro*. Beja: Programa Polis, pp. 27–31.
- COSTA, Teresa (2006) - *Acompanhamento arqueológico da remodelação da Praça Diogo Fernandes/Jardim do Bacalhau – Programa BejaPolis*. Relatório Final entregue ao Instituto Português de Arqueologia. Exemplar policopiado.
- DAVIS, Simon (2008) - Zooarchaeological evidence for Moslem and Christian improvements of sheep and cattle in Portugal. *Journal of Archaeological Science*. London. 35, pp. 991–1010.
- DETRY, Cleia & alii (2010) - Sheep, cattle and pigs: osteometric differences between Moslem and Christian periods in Portugal. Poster apresentado ao 11<sup>th</sup> ICAZ International Conference, Paris.
- GOES, Manuel Casteleiro de (1998) - *Beja: XX séculos de história de uma cidade*. Tomo II. Beja: Câmara Municipal.
- GRILO, Carolina (2002) - *Sondagens arqueológicas na Av. Miguel Fernandes*. Beja. *Relatório Técnico de Intervenção, Maio 2002* (texto policopiado).
- GRILO, Carolina (2008) - A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. *Vipasca*. Aljustrel. 2.ª série. 2, pp. 261–268.
- LOPES, Conceição (2005) - *A civitas de Pax Iulia*. In *Imagens e Mensagens, escultura romana do Museu de Évora*. Évora: Instituto Português de Museus, pp. 11–19.
- MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo (2008) - Cerâmicas nasris dos silos da Avenida Miguel Fernandes – Beja. *Vipasca*. Aljustrel. 2.ª série. 2, pp. 620–624.
- MARTINS, Andrea; NEVES, César; ALDEIAS, Vera (2008) - Beja medieval: os silos da Avenida Miguel Fernandes. *Vipasca*. Aljustrel. 2.ª série. 2, pp. 600–609.
- MORENO GARCÍA, Marta; ESTEBAN NADAL, Monserrat; PIMENTA, Carlos; LÓPEZ GILA, María Dolores; MORALES MUÑIZ, Arturo (2006) - Los yunques en hueso en la Península Ibérica: estado de la cuestión: In BICHO, Nuno Ferreira, ed. - *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular: animais na Pré-História e arqueologia da Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 247–262.



MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos (no prelo) - Beyond chicken: avian diversity in a Portuguese late medieval urban site. In PRUMMEL, Wietske; ZEILER, Jørn T.; BRINKHUIZEN, Dick C., eds. - *Birds in Archaeology. Proceedings of the 6<sup>th</sup> Meeting of the ICAZ Bird Working Group*, Groningen, 2008.

MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos; RUAS, José Paulo (2005) - Safras em osso para picar foicinhas de gume serrilhado... a sua longa história. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, pp. 571–627.

PINTO, Adelaide (2008) - Praça da República de Beja. *Vipasca*. Aljustrel. 2.ª série. 2, pp. 519–530.

SALDANHA, Luiz (1995) - *Fauna submarina e atlântica*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira, eds. (1996) - *Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV. Vol. III*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 487–493.

TAVARES, Maria José Ferro (1984) - *Os judeus em Portugal no século XV*. Vol. II. Lisboa: INIC.

VIANA, Abel (1946) - Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes. *Arquivo de Beja*. Beja. 3, pp. 161–211.

VIANA, Abel (1954) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 11, pp. 9–26.